

A Dualidade entre Ação e Estrutura: esboços de um programa de pesquisa weberiano¹

Wolfgang Schluchter²

Resumo

Neste artigo quero explicitar o esboço de um programa de pesquisa weberiano. Ele pode ser considerado como uma terceira sociologia, superando a oposição entre individualismo metodológico e holismo. Baseia-se em relacionismo metodológico e em um modelo de dois lados e multinível explicativo, empregando a noção da dualidade de estrutura e ação. O seu poder de análise é ilustrado com referência ao estudo de Weber sobre o protestantismo ascético e sobre a ética econômica das religiões mundiais.

Palavras-chave: Max Weber. Macro e micro. Holismo metodológico. Individualismo metodológico. Ação social. Estrutura.

No livro *Fundamentações da Sociologia* (SCHLUCHTER, 2015) termino meu estudo com uma referência às semelhanças de família existentes entre um programa de pesquisa weberiano e outras perspectivas teóricas. Neste artigo irei ampliar esta comparação, pois no escrito anterior utilizei esses autores apenas para demarcar posições opostas a minha. Com este fim, apoiei-me em James Coleman (1990) e Pierre Bourdieu (1987). O primeiro é um defensor do individualismo metodológico e da teoria da escolha racional, enquanto Bourdieu, com seu estruturalismo genético e sua teoria do habitus, defende um holismo sociológico. A teoria da práxis de Bourdieu rejeita tanto o método compreensivo quanto a teoria da ação de Weber. Intencionalidade e compreensão-explicativa são conceitos estranhos a sua teoria. Embora em Coleman a teoria da ação seja central, ele também não se enquadra no programa

¹ Tradução de Carlos Eduardo Sell.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim, com livre docência na Universidade de Mannheim. É professor emérito do Instituto Max Weber de Sociologia da Universidade de Heidelberg e um dos editores da coleção Max Weber Gesamtausgabe (MWG). Foi titular da Cátedra Max Weber em Erfurt (1997 a 2002) e Codiretor do Marsilius Kolleg da Universidade de Heidelberg (2007 a 2014).

weberiano, pois ele radicaliza o individualismo metodológico e através de seu modelo de maximização de preferências reduz a teoria weberiana da ação à racionalidade de meios e fins. O programa de pesquisa weberiano requer tanto a modificação do individualismo metodológico radical quanto do seu conceito de ator social, pois em Weber ele é muito mais do que mero maximizador de preferências.

Posições muito mais próximas ao programa de pesquisa weberiano podem ser encontradas em Anthony Giddens (1984) e Margareth Archer (1988). Giddens fala a respeito da dualidade da estrutura ou da estruturação e Archer a respeito da dualidade entre cultura (estrutura) e “Agency” ou da morfogênese. O que há de comum entre os dois é busca por superar o dualismo entre agência e estrutura. Ambos defendem uma teoria da dualidade da estrutura, ainda que em Archer essa busca seja acompanhada por um dualismo analítico. Uma teoria da dualidade da estrutura e da ação que esteja além de qualquer dualismo *ontológico* também é uma característica fundamental do programa de pesquisa weberiano. No entanto, em suas análises Giddens (1984, p. 139-144) e Archer (1988, capítulo 8) não seguem a tradicional distinção entre micro e macro³, empregando em seu lugar a dicotomia entre integração social e integração sistêmica, de David Lockwood. Através dela Lockwood buscou ir além da oposição entre o marxismo histórico e o funcionalismo normativo. No meu trabalho não sigo essa proposta, pois entendo que ela dissolve a distinção entre macro e micro (SCHLUCHTER, 2007, p. 102 ss).

Neste ponto, prefiro guiar-me pela modelo que, entre outros (ESSER, 1993; MAURER e SCHMID, 2010), foi desenvolvido por James Coleman e que é conhecido como modelo “Micro-Macro-Micro”. Esse modelo nos permite fazer a crítica das posições que trabalham com leis macrosociológicas.

3 Veja-se o que diz Giddens (**Constitution**, p. 139-144, “Against micro ‘and macro’: Social and System Integration”) texto no qual ele iguala integração social com copresença e integração sistêmica com integração social que, por sua vez, repercute na copresença: “All social life occurs in, and is constituted by, intersections of presence and absence in the fading away of time and the shading off ‘of space. The physical properties of the body and the milieu in which it moves inevitably give social life a serial character, and limit modes of access to absent’ others across space.” (1984, p. 132). Archer ocupa-se principalmente da cultura e, também baseada em Lockwood, defende um dualismo analítico que desemboca na pesquisa da dualidade da cultura (Archer, **Culture**, em especial seu Prefácio, p. 14 e ss. e o capítulo 8).

No entanto, como fundamentar uma posição que rejeita firmemente leis causais de tipo macro e, ao mesmo tempo, não segue nenhum individualismo metodológico radical? Essa é ainda uma questão em aberto. É dessa questão que iremos tratar doravante. James Coleman é um excelente ponto de partida para essa discussão porque ele desenvolve o modelo macro-micro-macro recorrendo ao célebre estudo que Max Weber fez sobre o protestantismo ascético e seu papel no surgimento da moderna cultura profissional. Começaremos, portanto, com a interpretação que ele faz do modelo explicativo weberiano.

Entre o holismo metodológico e o individualismo metodológico: o relacionismo metodológico

Há uma opinião generalizada de que Max Weber seria um dos primeiros representantes daquela orientação que posteriormente será denominada de individualismo metodológico⁴. Para fundamentá-la costuma invocar-se os *Conceitos Sociológicos Fundamentais* da segunda versão de *Economia e Sociedade*. De fato, nesse escrito, ele fala a respeito de seu “método individualista” (MWG I/23, p. 167) que consiste no fato de que todas as estruturas e processos sociais necessitam ser remetidos, em última instância, à ação dos indivíduos. Estruturas sociais existem apenas na medida em que está dada a chance de que sejam reproduzidas pelas ações sociais. Quando não é mais este o caso, elas simplesmente deixam de existir⁵.

James Coleman constata que Max Weber já utilizava este método individualista em seu estudo *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* e,

4 O conceito de “individualismo metodológico”, contraposto a “coletivismo”, já era utilizado na época em que Weber começou a formular a sua própria posição metodológica (no artigo sobre Roscher e nos seguintes). No entanto, ele era utilizado apenas na filosofia, mas não ainda na sociologia. Para Weber foi especialmente importante a dissertação de Emil Lask, intitulada *Fichtes Idealismus und die Geschichte* (1923). O trabalho foi publicado em 1902 e trata da questão metodológica de um ponto de vista histórico com o intuito de determinar a posição de Fichte em relação a Kant e Hegel.

5 A formulação de Weber é a seguinte: A relação social consiste exclusivamente, mesmo no caso das chamadas formações sociais como “Estado”, “Igreja”, “Cooperativas”, “Matrimônio” etc., na probabilidade de haver, no passado, no presente ou no futuro e de forma indicável, ações reciprocamente referidas, quanto ao sentido. Deve-se levar isso sempre em conta para evitar a “substancialização” desses conceitos. Um “Estado”, por exemplo, deixa de “existir” sociologicamente tão logo desapareça a possibilidade de haver determinados tipos de ação social orientados pelo mesmo sentido.

dessa forma, nos legou um modelo ainda válido de explicação sociológica⁶. Realmente, Weber explica o surgimento do capitalismo moderno com o auxílio do modelo “Macro-Micro-Macro”, pois o estudo inicia com as doutrinas religiosas do protestantismo, ou seja, com um fenômeno macro, e termina com a análise de outro fenômeno macro, quer dizer, com o capitalismo moderno. Mas, ao contrário do que defendem os representantes do holismo metodológico (caso de Durkheim), Weber não postula nenhuma relação *direta* entre estes dois fenômenos macrosociais. A conexão entre eles é estabelecida por uma via indireta que ocorre no âmbito dos fenômenos microsociais, ou seja, através das orientações normativas dos fiéis e de seus reflexos na esfera da ação econômica. É o encadeamento das ações econômicas religiosamente motivadas dos fiéis que levou ao surgimento do capitalismo moderno. James Coleman (1990, p. 8) resume o modelo explicativo utilizado por Max Weber no estudo sobre o protestantismo em três teses:

- (1) “*Protestant religious doctrine generates certain values in its adherents*”.
- (2) “*Individuals with certain values (referred to in proposition (1)) adopt certain kinds of orientations to economic behavior. (The central orientations to economic behavior are characterized by Weber as antitraditionalism and duty to one’s calling.)*”
- (3) “*Certain orientations to economic behavior (referred to in proposition (2)) on the part of individuals help bring about capitalist economic organization in a society.*”

No entanto, não é exatamente esta a explicação que Weber nos forneceu em seu célebre estudo. Para começar, seu objetivo não era explicar a origem do capitalismo, mas do *espírito* do capitalismo, e isso de um modo muito determinado que posteriormente ele dirá ser unilateral (“um lado dessa relação causal”). Já na controvérsia que, entre 1907 e 1910, desdobrou-se em decorrência da publicação de seus dois artigos, exigindo dele a redação de quatro *Anticríticas*, ele enfatiza novamente o escopo preciso que, desde sempre, constituía o objetivo restrito de sua pesquisa. Não se tratava de explicar a origem do capitalismo como “forma”, quer dizer, seus componentes estruturais e institucionais, mas apenas o surgimento do *espírito* do capitalismo

6 Esses estudos foram publicados em uma sequência de artigos em 1904 e 1905 e depois retrabalhados para serem publicados nos Ensaios Reunidos de Sociologia da Religião. A história da obra está descrita na introdução de: Max Weber, Max. **Asketischer Protestantismus und Kapitalismus: Schriften und Reden 1904-1911 (MWG 1/9)**.

moderno, quer dizer, do Habitus ou mentalidade religiosa que impregnava os empresários (e trabalhadores) do século XVII. O mais importante, no entanto, é que através deste estudo Weber desejava explicar também de que modo as ideias influenciam na história. Pelo menos é dessa forma que ele justifica a publicação de seus estudos históricos no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, já que esta Revista Científica, fundada em 1904, não tinha como propósito dedicar-se a trabalhos de natureza puramente histórica (MWG I/9, p. 1-89 e p. 214). Ele não deixa de ser estudo histórico, mas é importante acrescentar que ele possui um núcleo teórico.

Como demonstrar de que modo as ideias atuam na história? Em primeiro lugar, ele assume a premissa de que, além dos interesses materiais, os seres humanos também possuem interesse ideais e anseiam por um sentido que lhes é transmitido ou ensinado tanto por ideias quanto por ideais, por imagens de mundo, ou seja, através da cultura. Também importante é o fato de que essas ideias e esse ideais, estas tradições culturais, possuem uma lógica própria que não necessariamente coincide com os interesses materiais ou ideais dos indivíduos. Por isso pode acontecer que eles demandem uma nova interpretação. Quando estas interpretações não ficam apenas no plano individual, mas se tornam coletivas, então elas podem ocasionar transformações culturais. Weber estudou este fenômeno na chamada literatura de aconselhamento pastoral⁷. Ele percebeu como neste tipo de literatura, em especial nos tratados que foram redigidos para a orientação espiritual, as necessidades dos fiéis e as respostas dos responsáveis pela transmissão da tradição condicionam-se mutuamente. Por esse razão, esses escritos são fontes de pesquisa inestimáveis, tanto para historiadores quanto para sociólogos. A perspectiva weberiana assenta-se na distinção entre o sentido objetivo e o sentido subjetivamente visado, ou seja, na distinção entre validade dogmática e validade empírica, e essa distinção é uma parte constitutiva de seu modelo explicativo.

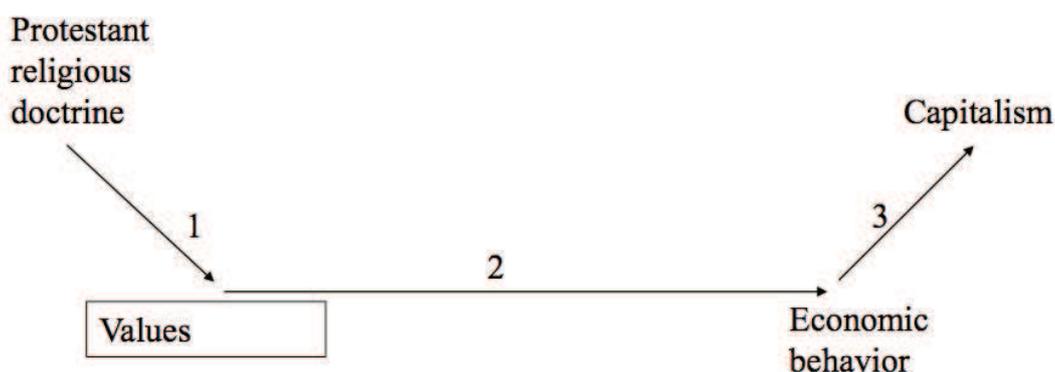
Na verdade, Coleman nos oferece uma reconstrução do argumento weberiano que é inteiramente incompleta (SCHLUCHTER, 2015, p. 286), ainda que em relação a um ponto ele tenha inteira razão: quando trata dos fenômenos macrossociais, Weber sempre escolhe como fator explicativo o nível

⁷ Weber utiliza essa expressão na "Palavra final sobre o 'espírito do capitalismo'" (MWG I/9, p. 728 ss.). Elas também podem ser vistas como contribuições metodológicas para uma sociologia da cultura.

micro, embora o quanto seja necessário descer “para baixo”, ou seja, o quanto devemos retroceder ao nível individual, reste, para ele, uma questão pragmática (como ele discute em MWG I/23, p. 160 e MWG I/11)⁸. Portanto, nós podemos nos apoiar em Coleman apenas na medida em que ele nos sugere que existem três problemas que precisam ser solucionados caso queiramos uma explicação sociológica de fenômenos macrosociais: 1) o problema da definição da situação (Macro-Micro), 2) o problema da seleção (Micro-Micro) e 3) o problema da agregação e da transformação (Micro-Macro). Com a solução do terceiro problema o ciclo reinicia novamente (sequencialização). Portanto, esse modelo tem uma estrutura espacial e temporal.

A reconstrução que Coleman (1987, p. 151 ss.) faz do estudo weberiano sobre o protestantismo pode ser apresentada como segue:

Macro-micro-macro-proposition



Qual esquema devemos adotar, então, para entender a pesquisa de Weber de modo correto? Para começar, em lugar de “capitalism” deveria estar “*spirit of capitalism*”, ou seja, espírito do capitalismo. Mas não é só isso, pois Weber sempre insistiu, como já dissemos, que seu estudo só contemplava um lado da relação causal, ou seja, de que modo as ideias religiosas foram responsáveis por moldar certa mentalidade dos fiéis. Para explicar essa correlação entre tradições religiosas internalizadas e a conduta de vida dos fiéis de uma forma ainda mais precisa, ele explica que preferiu adiar a explicação sobre a

⁸ Ele já discutia este ponto nos seus estudos sobre **A psicofísica do trabalho industrial** (MWG I/23, p. 160ss. e p. 149 com o comentário 10). Dado o reducionismo neurocientífico hoje reinante, tais observações não deixam de ser interessantes.

influência do tipo de organizações religiosas (Igrejas e Seitas) em todo este processo⁹. Ele também se justifica explicando que o estudo do surgimento do capitalismo moderno como “forma”, ou seja, como estrutura social, seria retomado em outro momento. Na verdade, ele não pôde cumprir nenhuma dessas promessas. Mesmo assim, os seus estudos posteriores sobre a ética econômica das religiões mundiais nos oferecem a oportunidade de visualizar como ele imaginava este outro lado da cadeia causal, como por exemplo, a influência da situação econômica ou condição de classe sobre a mentalidade das camadas sociais portadoras das grandes religiões universais. Ele inicia seus estudos sobre o Confucionismo (e Taoísmo), bem como sobre o Hinduísmo e o Budismo, com a apresentação do lado estrutural e institucional dessas tradições culturais, ou seja, com a burocracia patrimonial chinesa e com o sistema hinduísta de castas. Portanto, para demonstrar a correlação entre estes fenômenos macrosociais ele aprofunda os *dois* lados da cadeia causal, analisando não apenas os efeitos da cultura sobre a economia, mas também o movimento contrário, que consiste em avaliar os efeitos da economia sobre a cultura. No entanto, também aqui a relação entre estes fatores é possível apenas por meio da análise das linhas de ação selecionadas pelos atores sociais, ou seja, através do modelo macro-micro-macro, que também podemos chamar de modelo de múltiplos níveis, que continua plenamente vigente.

Isso demonstra que Weber recusa qualquer tipo de interpretação nomológica ou funcional da relação entre cultura e economia, as duas entidades macrosociais que atuam sobre o modo de vida que se reproduz através da conduta dos atores sociais. Desde o início de seus estudos ele estava convicto de que a relação entre “Espírito” e “Forma” consistia apenas em uma relação de adequação, ou seja, trata-se de uma afinidade eletiva. Essa última metáfora, que possui uma longa tradição¹⁰, serve para sublinhar que estes dois grupos de fatores podem se aproximar, mas eles se originam de contextos distintos que

9 Em sua última **Anticrítica**, o significado das instituições na consolidação das ideias e das mentalidades também é destacado por Weber (MWG I/9, p. 715 ss.).

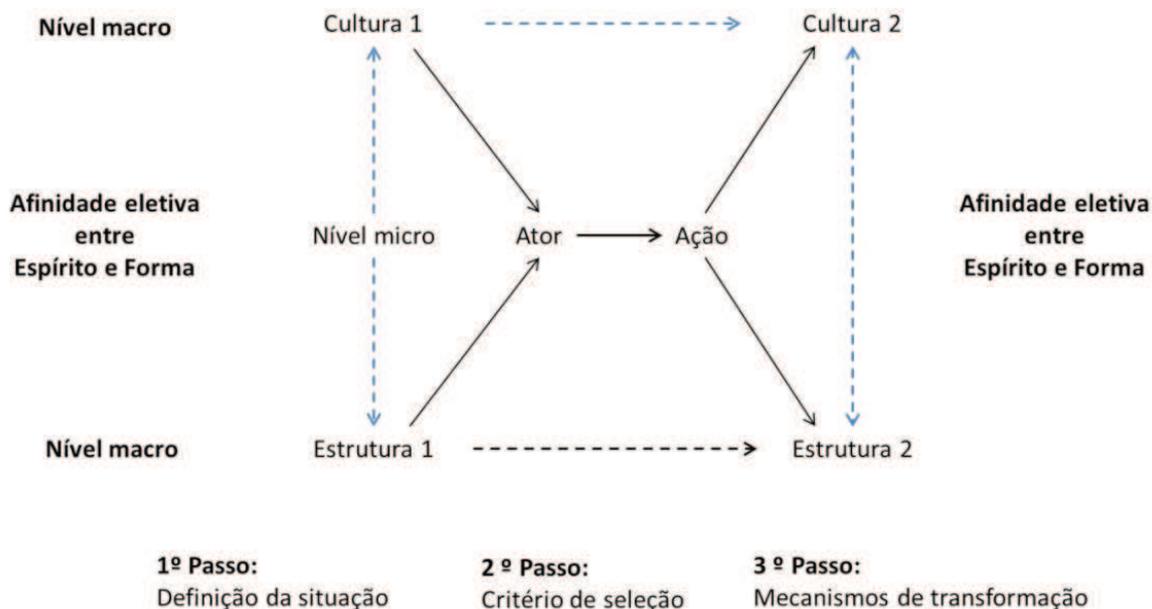
10 Trata-se da referência ao romance **As afinidades eletivas**, escrito por Goethe. Normalmente se esquece que Goethe extraiu este conceito do campo das ciências naturais (afinidade) e que o conceito também foi utilizado por outros autores, como Kant, Schopenhauer e pelo colega de Weber, Eberhard Goethein.

não podem ser reduzidos um ao outro, como faz o modelo da base e da superestrutura. Nessa direção, Weber observa que as perspectivas necessariamente unilaterais, seja do materialismo, seja do idealismo, ou como ele mesmo diz, da perspectiva espiritualista, podem corrigir-se mutuamente. Tal como está formulado na parte final do estudo sobre o protestantismo ascético, ambas são possíveis, mas apenas como ponto de partida e não como conclusão da pesquisa. Privilegiar apenas um tipo de perspectiva não tem nenhuma serventia para a verdade histórica (MWG I/9, p. 424).

Weber introduz no seu modelo explicativo uma distinção teórica que diz respeito a dois macrofenômenos. Essa distinção é designada “Espírito” e “Forma”, podemos também dizer: contextos supraindividuais de sentido e complexos institucionais, ou dito de outra forma, cultura e estrutura. Ambas estão baseadas nas ações individuais, pois se admitíssemos entre eles algo mais do que relações de adequação, tal como uma dependência funcional ou mesmo uma lei causal, teríamos que aceitar a existência de leis macroestruturais. Isto estaria em contradição com o ponto de vista de Weber, embora seja fato que ele postule certa dependência funcional do espírito em relação à forma, quando ele afirma do “capitalismo triunfante” (MWG I/9, p. 420-423), por exemplo, que ele não necessita mais de nenhuma reforço ideal, já que a “forma” cria por si mesma a atitude individual necessária para seu funcionamento. Porém, essa é apenas uma constatação empírica e não uma “lei”, pois mesmo quando ambas as partes encontram-se em uma relação de “adequação”, elas precisam ser reproduzidas pelas ações sociais, o que inclui sempre a possibilidade de um desenvolvimento autônomo.

Comparado com o esquema de Coleman, o modelo macro-micro-macro do programa weberiano de pesquisa é mais amplo, pois ele é dual, como mostra o fato de que as linhas contínuas indicam as relações causais diretas, enquanto as linhas pontilhadas mostram as relações indiretas ou de adequação causal:

Modelo explicativo Weberiano



Denomino a lógica explicativa contida neste modelo como relacionismo metodológico. Com esse modelo nos distanciamos do individualismo metodológico radical sem recair, por outro lado, na armadilha do holismo metodológico¹¹. Ao mesmo tempo enfatizamos a importância da cultura e das estruturas sociais (incluindo relações e organizações sociais), ou seja, de dois macrofenômenos, que atuam sobre os atores através dos processos de internalização e sanção (controle social); mas sem deixar de acentuar que eles não apenas os observam, como também os interpretam e podem mudar tais processos através da suas ações¹². Estas entidades macrosociais não estão conectadas nem por mecanismos nomológicos, nem por necessidades

11 No final de meu livro **As fundamentações da sociologia** (SCHLUCHTER, 2015) visando definir a relação entre micro e macro e buscar uma variante moderada, segui a sugestão de Gert Albert que distingue entre holismos e individualismos radicais e moderados, ainda que, tendo em vista a importância do nível estrutural, tenha privilegiado o holismo metodológico. Por isso chamei minha proposta de sociologia compreensiva estruturalista-individualista. Neste ínterim, penso que a expressão dualismo analítico (ou relacionismo metodológico) expressa melhor minha visão.

12 Weber menciona as garantias interiores e as garantias exteriores da ordem legítima, ou seja, de um lado encontram-se as motivações culturais determinadas pela cultura e, de outro, as garantias externas proporcionada, em especial, pelo direito e seu aparato coercitivo (MWG I/23, p. 185ss.).

funcionais, algo que o conceito de afinidade eletiva já aponta. Dessa forma, essa expressão deixa de ter uma conotação meramente metafórica e adquire significado metodológico.

E o que temos a dizer a respeito dos três problemas acima mencionados e as suas relações correspondentes? Passemos a examinar, brevemente, também estas questões. Iniciaremos pelo nível micro-micro, ou seja, pela teoria da ação, para depois colocá-la em relação com a estrutura, pois não se trata aqui de um dualismo, mas de uma dualidade entre ação e estrutura.

A relação Micro-Micro ou o problema da decisão

Cultura e estrutura são macrofenômenos fundamentados em ações sociais. Eles tanto restringem quanto possibilitam estas mesmas ações. Essas proposições são as premissas principais do individualismo metodológico e da teoria da escolha racional. Para elas não existe nenhuma lei de tipo macrossocial, apenas condições estruturais e contextuais da ação e o agir, por sua vez, é concebido como um ato de escolha, ou seja, pressupondo a liberdade para agir. Essas condições são válidas para o agir individual e para o agir coletivo, para a intencionalidade do eu e para a intencionalidade do nós (coletiva) (SEARLE, 2012)¹³.

Podemos, portanto, pressupor que no nível micro um ator social, em determinada situação, está sempre posto em condições específicas das quais ele não tem controle, e diante da qual, mediante a escolha de fins e meios, ele pode racionalmente adaptar-se (ou não, o que lhe trará prejuízos, vide SCHLUCHTER, 2000, p. 86-88). Para essa escolha o ator social necessita de *standarts* normativos que lhe sirvam de auxílio, seja para a escolha dos fins culturalmente permitidos, seja para a compatibilização entre fins e meios. Um desses padrões normativos consiste na utilização eficiente dos meios, pois eles são sempre escassos e por isso precisam ser compatibilizados com os fins desejados. Esse é fundamento epistemológico da teoria da escolha racional que adota uma concepção instrumental-finalística [*Zweckrationalität*] de racionalidade.¹⁴

13 Para o conceito de intencionalidade coletiva, consulte-se John R. Searle (2012, p. 46s). Mesmo Weber, quando trata de atores coletivos em tem vista sempre indivíduos que agem intencionalmente.

14 Nota do tradutor: no original, "*Zweckrationalität*" significa, literalmente, "racionalidade de fins". Dada a familiaridade dos leitores brasileiros com expressão "racionalidade instrumental" (difundida por Habermas) escolhi uma fórmula sintética que destaca a conexão entre meios e fins.

Esse modelo básico pode ser interpretado de maneira ampla ou restrita. A interpretação restrita é aquela defendida pelo modelo do *homo oeconomicus* e a ela contrapõe-se a interpretação ampla do *homo sociologicus*. Elas se distinguem a depender de quais são as características atribuídas aos atores em cada modelo. O *homo economicus* é concebido como um estrito maximizador de preferências, enquanto o *homo sociologicus* é um conformista que apenas avalia e espera. Quando combinamos este dois modelos temos com resultado a imagem de um ator que tem possibilidades de escolha limitadas e que para maximizar suas preferências precisa calcular e avaliar suas expectativas. Por essa razão podemos afirmar que essa teoria necessita trabalhar com um conceito de ator social ao qual correspondem as seguintes características: restrito (no que tange às possibilidades de escolha), avaliativo, calculista e maximizador de preferências.

Essa síntese entre *homo oeconomicus* e *homo sociologicus* foi desenvolvida pelos representantes da teoria da escolha racional e é denominada modelo RREEMM, dado que ela inclui os recursos das quais dispõem os atores sociais. O acrônimo diz respeito às letras iniciais em inglês de cada uma das características que são atribuídas ao ator social: Resourceful, Restricted, Evaluating, Expecting, Maximizing. Ele também pode ser denominado de teoria do *homo complexus*. Trata-se do modelo mais sofisticado que podemos encontrar entre os representantes do individualismo metodológico radical e da teoria da escolha racional (ESSER, 1993, capítulo 14).

Existe algum padrão que é seguido por este *homo complexus* quando, em uma determinada situação, ele decide por um modo específico de agir? Aqui a teoria das expectativas valorativas pode ser muito útil, pois o ator social escolhe a alternativa que tende a aumentar sua expectativa subjetiva de utilidade. Para identificar qual é esta alternativa utiliza-se um cálculo. O ator conhece suas preferências e calcula a probabilidade de satisfazê-las por meio de uma ação realizada em condições específicas. Em inglês temos a seguinte fórmula: U (*utility*) \times p (*probability*) = SEU (*subjective expected utility*). Isso nos permite estabelecer uma hierarquia de preferências a partir do qual o ator escolhe aquela alternativa que possui o maior valor SEU.

Não é meu propósito aqui criticar o alto nível de abstração dessa formulação. Estou mais interessado na ideia, implícita nessa concepção, do ator social como alguém que toma decisões. Partindo de Max Weber, podemos

dizer que este modelo apresenta apenas uma das linhas de ação de sua sociologia, a chamada ação racional com relação a fins. Não podemos esquecer que existem também outras formas de ação, como as orientações afetivas e valorativas, sem esquecer ainda que a ação pode ocorrer de forma puramente habitual, quer dizer, nem de modo espontâneo e nem seguindo padrões racionais (MWG I/23, p.175-177).

Como professor de teoria econômica é óbvio que Weber estava bastante familiarizado com modelo do homo oeconomicus e ele não deixou de destacar seu valor heurístico, utilizando como exemplo do processo de construção de tipos ideais (MWG III/1 e MWG I/23, p.170 e 171, em especial a nota 47). No entanto, ele nunca deixou de apontar os limites desse modelo para uma ciência das ações humanas, como é o caso da economia, da sociologia e da história, que eram para ele as ciências nas quais a ação social desempenha um papel central. Em sua sociologia tardia também podemos encontrar a figura do maximizador de preferências que pesa utilidades e custos e, ao final, decide-se pela opção mais vantajosa¹⁵. Mas este não é o único caso, como pode-se ver com muita clareza no contraste que ele estabelece entre as ações orientadas por fins e as ações orientadas por valores, ambas ações de tipo racional. O ator pode aspirar apenas ao sucesso, como supõe o modelo SEU, mas ele pode igualmente pôr em prática um valor que ele julga válido em si. No modelo SEU este último caso é considerado apenas como um desvio e seguindo-se a proposta de Weber teríamos que reduzir o valor P à zero. A formulação torna-se então completamente vazia, pois um número multiplicado por zero é simplesmente igual a zero¹⁶.

É importante deixar claro de que forma Weber diferencia entre esses dois modos de orientação racional da ação. Para isso temos que definir,

15 Weber ilustra essa variante da teoria da ação com a teoria da utilidade marginal (MWG I/23, p. 176). Em **Economia e Sociedade**, podemos ler que “atua de modo racional racional referente a fins quem orienta seu agir por fins, meios e efeitos secundários, bem como pondera racionalmente a oposição entre meios e fins, fins e efeitos secundários e mesmo dos fins entre si, ou seja, quem age de forma não afetiva (e especialmente não-emocional e também não tradicional. Logo diante, ele esclarece ainda que o ator social pode, “sem orientar-se por mandamentos e exigências, aceitar a colisão e concorrência desses fins simplesmente como necessidades subjetivamente dadas e ordená-las em uma escala de urgência decrescente, orientando a partir daí sua ação, de tal modo que elas possam ser satisfeitas de acordo com essa escala (princípio da utilidade marginal).

16 Essa interpretação da diferença entre ação racional em relação a fins e valores seria prematura e estreita se for compreendida como se o ator pudesse antecipar todos os efeitos dos seus atos. Por isso, o principal é interpretar p e não U. Veja-se mais abaixo.

primeiramente, os conceitos de “fim”, “valor” e “meio”. “Fim” é, para ele, a representação de um êxito e “Valor” a representação de algo válido, sendo que ambos proporcionam motivações causais diferentes para a ação. Representações de um êxito e representações de valor são essencialmente distintas. Ambas são subjetivas, mas ambas nos remetem a motivos diferentes, ou como diz Weber, a motivações significativas distintas. Pode existir uma enorme variedade de fins ou propósitos e, diferente dos valores, eles são todos intercambiáveis. Seguindo-se a distinção entre julgamentos fortes e fracos de Charles Taylor, podemos dizer que no caso dos Fins trata-se de julgamentos fracos, mas no caso dos Valores, obviamente, elas são fortes¹⁷. Valores nos remetem, em última instância, ao nosso próprio entendimento e identidade, quer dizer, àquilo que somos e também desejamos ser. Em relação aos fins podemos até adotar um comportamento pragmático, mas com os mandamentos e exigências que emanam dos valores não, pois ele tem um significado existencial. O ator social conduz sua vida com base em valores e julgamentos de tipo forte. Ele não é apenas um indivíduo RREEMM, ele é muito mais do que isso: trata-se do um indivíduo comunicativo que desenvolve sua própria identidade e que conduz sua existência com base em valores fortes.

Charles Taylor desenvolveu uma enorme pesquisa sobre a história do Self, identificando as principais fontes que permitem a era moderna definir-se a si mesma. Não vou retomar aqui sua vasta exposição histórica, mas gostaria de destacar uma questão. Ele acentua que não devemos compreender o Self como um objeto neutro (TAYLOR, 1994, p. 99). O Self “envolve a representação da existência como um *todo*”, de tal forma que todo autoentendimento contém “profundos elementos históricos e narrativos”. Weber tem a mesma ideia em vista, pois desenvolve seu conceito de personalidade da seguinte maneira: “quanto mais livre é a ação, no sentido que já assinalamos, *menos* ela tem o caráter de fenômeno natural e mais importante se torna o conceito de personalidade, cuja essência reside na coerência entre a conduta interior e determinados valores ou significados últimos da existência, transformando o mero fazer por fazer em objetivos, o que faz da ação algo teleológico-racional”

17 Conforme Charles Taylor, “O que é uma ação humana?” (1995, p. 9-52). Ele distingue entre desejos de primeira e de segunda ordem e seus valores correspondentes. Ele entende que apenas os desejos de primeira ordem, que tem valores fracos, são quantificáveis, o que recorda a distinção kantiana entre preço e dignidade (IMMANUEL KANT, 1975, p. 68).

(WEBER, 1988, p.132). Uma constante relação interior com os valores últimos e com o significado da existência, o que é isto senão a representação de uma subjetividade interior e reflexiva¹⁸?

As formulações de Weber deixam muito claro que os fins estão baseados em valores, mas os valores não podem fundamentar-se em fins. A racionalidade valorativa está muito mais profundamente ancorada no Self do que a racionalidade instrumental-final. Isso também fica evidente pelo fato de que ele estabelece uma íntima relação entre a ação afetiva e as ações relacionadas com valores. Nos *Conceitos Sociológicos Fundamentais* ele afirma que “a orientação afetiva e a orientação racional-valorativa do agir distinguem-se pela elaboração consciente dos objetivos finais da ação, e no caso dessa última, pela orientação consequente e planejada desta última. Mas, elas tem em comum o fato de que o sentido da ação não está localizado nos seus resultados ulteriores, mas na forma como a ação é praticada” (MWG I/23, p. 175-176). Ainda que ações afetivas não possam ser racionalizadas, apenas sublimadas, há uma afinidade entre ambas, algo que já está muito bem expresso na ideia de julgamentos fortes de Taylor. Por isso, um modelo de ator social que restringe o processo de seleção ou escolha de linhas de ação à racionalidade instrumental-final é inconciliável como o programa weberiano de pesquisa. O indivíduo que maximiza preferências não pode ser considerado um caso geral, apenas um caso particular. O que necessitamos é de uma teoria da escolha racional que abranja tanto a escolha dos fins quanto a escolha dos valores.¹⁹

Em função desse procedimento típico-ideal, a relação entre racionalidade de valores e racionalidade instrumental-final não deve ser encarada como uma

18 Um conceito similar pode ser encontrado em George Herbert Mead (SCHLUCHTER, Grundlegungen, capítulo 5A).

19 Nesse ponto concordo inteiramente com a crítica que Raymond Boudon, com base em Max Weber, formula contra a teoria da escolha racional. Ele já lamentava a redução da racionalidade ao seu aspecto instrumental. Por isso, em direção contrária a essa teoria, formulo uma teoria geral da racionalidade que, ao lado da racionalidade instrumental, considera também a racionalidade axiológica. Isso corresponde a célebre dualidade weberiana entre racionalidade de fins e racionalidade valorativa. Dos seis postulados da teoria da escolha racional, individualismo metodológico, princípio da compreensão, motivos como causa (racionalidade), consequencialismo, egoísmo e maximização das oportunidades, ele só considera válidas as três primeiras. As demais são apenas situações específicas da racionalidade instrumental. No entanto, penso que Boudon não esclarece suficientemente de que modo ocorre a ligação entre o micro e o macro. Ele tende a explicar “a razoabilidade do senso-comum” de forma holista, contextualizando-a com o auxílio de uma teoria da socialização (RAYMOND BOUDON, 2013). A razoabilidade do senso-comum, naturalmente, não é nenhuma entidade desprovida de contexto, no entanto, o que precisa ser determinado são as capacidades cognitivas do ator, ou seja, os motivos e a fundamentação discursiva do seu agir. Não basta considerar apenas a relação micro-macro, mas também a relação macro-micro. A esse respeito, ver nossas explicações seguintes.

hierarquia, mas como uma alternativa. Em qualquer um dos casos, emerge a pergunta por um conceito substantivo de utilidade. De meu ponto de vista, a perspectiva de Weber impede a unificação de *ambas* as formas racionais de orientação da ação com base em *um* único conceito de utilidade. A ação voltada ao êxito, ou seja, uma ação que visa maximizar preferências e que se orienta por regras de prudência e imperativos hipotéticos, e uma ação de acordo com máximas normativas que se orienta por mandamentos e por regras imperativas, são fundamentalmente distintas²⁰. Essa diferença não pode ser apagada com base em um conceito difuso de utilidade. Estamos aqui diante do velho problema da relação entre egoísmo e altruísmo, orientação individual ou orientação para o coletivo, autointeresse ou solidariedade²¹.

Caso desejemos seguir a teoria das expectativas valorativas, temos que distinguir entre tipos de valores e não entre probabilidades iniciais, pois todo agir, principalmente a ação automotivada, está orientada por expectativas sobre suas consequências²². Apoiando-nos na tipologia de Weber, poderíamos distinguir, então, entre valores de êxito e valores próprios. Valores de êxito motivam a ação racional com relação a fins, valores próprios motivam a ação racional com relação a valores. Argumentando desta forma temos uma teoria das expectativas mais ampla que leva em consideração a diferença conceitual entre estes dois tipos de valores. Seguindo Weber, eu os denomino de valores de êxito e valores próprios, mas como Thomas Nagel (1988, p.51) também poderíamos dizer: valores instrumentais e valores em si (SCHLUCHTER, 2009, p.134).

É claro que a orientação, o motivo, ou a intenção do ator, não significa que a ação vá ocorrer sem considerar as circunstâncias, nem que ela vá

20 *Máximas finais tem a seguinte forma: "Se (não) desejas B, então faça (ou permita) A". Segundo Weber, eles podem ser objeto de crítica técnica, pois elas supõem "leis naturais" que não podemos contradizer. As ações e suas consequências estão ligadas de modo quase automático. Máximas normativas possuem outra forma: "Para que tenhamos A, então devemos fazer B". Tais máximas são imperativas e regulamentadas, mas podem ser contraditas. A ação e suas consequências não se seguem automaticamente, a não ser através da intervenção de um terceiro que pode aplicar a ela uma sanção.*

21 *Esse problema também já foi discutido por Adam Smith. O pai da economia moderna não só glorificou o auto-interesse como motor da riqueza e do bem estar das Nações, mas também ocupou-se com as causas dos sentimentos morais, ainda que ele não tenha a uma síntese.*

22 *Dessa forma acredito ser pensar o papel das condições iniciais ou de partida e das consequências no âmbito das duas formas racionais de ação. Também proponho distinguir entre dois modos de relação com a realidade: a ação racional com relação a fins desenvolve uma modelo da realidade, enquanto a ação racional com relação a valores, um modelo para a realidade: Schluchter (2009).*

necessariamente ocorrer tal como foi imaginado por ele. Da mesma forma, ele não pode antecipar, dadas as circunstâncias que ele desconhece, todos os seus efeitos. Este é o famoso paradoxo das consequências não desejadas e isso independe do tipo de ação. Em relação a isso John R. Sarle (2004, p. 17) desenvolveu uma teoria do hiato. Existe um hiato entre os motivos para a decisão e a execução da decisão. Existe um hiato entre o início da decisão e a ação em movimento – como quando decido aprender alemão ou atravessar a nado um rio, – ou seja, há uma diferença entre o iniciar uma ação e entre sua continuidade e seu término. No nível micro, que trata da relação micro-micro ou da relação ação-motivo-efeito, existem, portanto, duas “leis da ação que eu denomino de lei da auto-satisfação e de lei do altruísmo. Adotando a teoria das expectativas de tipo restrito, para a qual só existem valores de êxito, só poderíamos formular uma dessas leis.

A relação Macro-Micro ou o problema da definição da situação

O que se pode dizer da relação Micro-Micro? Um lado dessa relação concerne à questão de como tradições culturais tornam-se parte integrante do eu. O mecanismo central desse processo já foi mencionado anteriormente, pois o estudo weberiano sobre o protestantismo ascético pode ser interpretado como um exemplo da internalização de um determinado legado cultural. Nesse processo, o ator social não apenas aceita passivamente a influência da cultura, mas também é parte ativa dela. Nesse sentido, ele não apenas modifica-se a si mesmo, mas também as tradições culturais. Para Weber, são as recompensas (ou prêmios) percebidas pelos atores que guiam a sua conduta, mas elas não são apenas de ordem material. Elas podem ser também recompensas espirituais, e neste caso a ação é impulsionada pelo anseio da salvação. Com o passar do tempo, essa orientação em torno de um valor pode assumir a forma de orientação voltada para o êxito. Esse processo é descrito no estudo que Weber fez sobre o protestantismo: a ação valorativa é substituída pela ação racional com relação a fins.

No entanto, Weber não se satisfaz apenas com essa análise da relação Macro-Micro. Em seu estudo sobre o confucionismo ele se ocupa, ainda que brevemente, com os “tipos ideais de educação” e seus efeitos sobre a formação da personalidade. Ele compara três tipos de educação. A primeira, de tipo

carismático, visa produzir no educando, através do renascimento, uma nova alma. Aqui trata-se, em princípio, de um *despertar* [*wecken*], pois “um carisma não pode ser ensinado ou inculcado. Ele já se encontra potencialmente lá, ou então precisa ser insuflado mediante um renascimento mágico”. Nesse caso, através de meios rituais, o educando torna-se um nova pessoa. A segunda forma de educação, de tipo profissional, tem como meta *treinar* [*abrichten*] o educando “no uso prático de habilidades gerenciais: na condução de um setor administrativo, um escritório de contabilidade, uma empresa, um laboratório científico ou industrial ou mesmo de um exército disciplinado”. A terceira, a “humanística”, tem como meta *educar* [*erziehen*] “um homem de cultura de acordo com os ideias do estrato dominante, quer dizer, um indivíduo com uma determinada conduta de vida interior e exterior” (MWG I/19, p. 302 ss.)²³ Nesse caso, trata-se de uma variante da ideia de indivíduo cultural. O renascido (convertido), o especialista e o humanista são as personalidades que correspondem a essas diferentes práticas educativas. Essa tipologia também permite a Weber distinguir entre uma orientação extramundana, voltada para a distinção e a honra (Confucionismo,) e uma orientação intramundana, voltada para a salvação religiosa (Puritanismo). Esse, portanto, é um bom exemplo que mostra como o conteúdo da relação Macro-Micro pode variar dependendo da cultura dominante.

Esse processo de internalização da cultura tem um lado interno e outro externo, ou seja, ele requer também mecanismos de controle social. Não por acaso, Weber fala neste contexto do “sistema educativo” [*Bildungswesen*], ou seja, ele inclui em seu modelo também os aspectos estruturais, como o processo de aprendizagem, seus conteúdos e até mesmo os mecanismos de exame, em síntese: a organização escolar. Nos *Conceitos sociológicos fundamentais*, além de distinguir os tipos de ação que já mencionamos, ele também diferencia os mecanismos através dos quais as ações sociais são coordenadas. Para entender estes mecanismos ele desenvolve os conceitos de relação social, ordem social e organizações sociais. Nesses conceitos pode-se perceber uma complexidade crescente de estruturas sociais que ultrapassam em amplitude o ator social considerado individualmente. Eles constituem as principais estruturas coletivas nas quais se desenrola a vida social.

Já observamos que nos seus estudos sobre o protestantismo ascético, Weber não se dedicou à pesquisa das organizações religiosas, mas ele tinha

23 Podemos também dizer que Weber diferencia entre a pedagogia do despertar, do cultivo e do treinamento.

a intenção de retornar a este tema, o que acabou não acontecendo. Existe, contudo, um texto que pode ser considerado como uma espécie de substituto. Trata-se do artigo *Igrejas e Seitas*, que, em 1906, ele publicou em duas versões (MWG I/9) e que foi retrabalhado profundamente para ser publicado nos seus *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião*, de 1920. Ainda que o tema principal desses textos seja a diferença entre Igreja e Seita, ele também está interessado nos efeitos educativos, ou seja, no “cultivo” ou “condicionamento” que são estimulados pelas organizações religiosas. No caso da igreja, esses efeitos educativos externos são, em regra, fracos, mas no caso da seita eles são fortes. Essa diferença resulta do fato de que nós já nascemos dentro de uma igreja, mas em uma seita temos que ser admitidos com base na avaliação de nossa conduta, o que significa que nossa vida tem que ser gerida sob constante controle social dos demais membros. Conclui-se daí que não são apenas impulsos internos, mas também mecanismos externos de controle que orientam a conduta do ator social. Forma e Espírito e Estrutura e Cultura reforçam-se mutuamente quando existe entre elas uma relação de adequação.

A relação Micro-Macro ou o problema da transformação

O último passo do modelo é a transição do nível micro para o nível macro. Aqui torna-se necessário demonstrar não só de que forma as ações sociais repercutem causalmente sobre o plano da estrutura e da cultura (ou do espírito e da forma), mas também como elas podem modificar, a depender das circunstâncias, a natureza e as relações entre elas, ou em síntese e emprestando aqui os termos de Durkheim, a questão é responder de que modo o entrelaçamento das ações sociais cria uma realidade *sui generis*.

Enquanto no caso da relação Macro-Micro podíamos falar de dois mecanismos, a internalização e a sanção (controle social), no caso das relações Micro-Macro as coisas não são tão simples, pois aqui está colocado o problema da emergência. Essa é uma questão especialmente difícil de responder nos marcos da teoria de Max Weber, pois ele rejeitou o uso de expressões totalizantes e sempre evitou a menção a conceitos substancialistas ou coletivos²⁴.

24 O que não impede que eles não possam ser utilizados para entender pessoas jurídicas, como esclarece o próprio Weber (MWG I/23, p. 202 ss.).

É por esse motivo que ele costuma ser classificado no campo do individualismo metodológico. Faz sentido, então, falamos de “emergência” na sua teoria?

Primeiramente, cabe esclarecer qual o significado da expressão “emergência” na sociologia. Essa expressão diz respeito ao surgimento de propriedades e não de substâncias. Neste último caso, seríamos forçados a admitir a existência de leis macrossociais, como o fez Durkheim que, pelo menos em certa fase de seu pensamento, defendeu a existência de uma realidade *sui generis* que emerge a partir da associação entre os indivíduos. Essa é razão pela qual ele sustentava que o social só pode ser esclarecido pelo social, nunca pelo individual (SCHLUCHTER, 2015, p. 130 ss.).

Nós, ao contrário, falamos de níveis distintos de coordenação da ação que, seguindo-se os *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, abrangem as relações, as ordens e as organizações sociais. Fundamental, de acordo com nossa perspectiva, é a distinção entre orientação e coordenação, pois é este último que está relacionado com a transição do nível micro para o nível macro. A coordenação da ação pode assumir duas formas: cooperativa e conflitiva. Exemplos de cooperação são as “relações comunitárias” [*Vergemeinschaftung*] e as “relações associativas” [*Vergesellschaftung*] e um exemplo de conflito como meio de coordenação da ação é a “luta”, seja ela violenta ou pacífica (concorrência).²⁵ Diferente dos mecanismos de orientação da ação, todos os fenômenos anteriormente apontados possuem propriedades emergentes. Tais propriedades não podem ser consideradas como uma espécie de resultado da soma das ações sociais (orientação da ação) com as quais elas estão associadas. As formas de *coordenação* da ação são independentes das formas de *orientação* da ação e não existe nenhuma razão para presumirmos que os atores envolvidos neste processo compartilhem do “mesmo conteúdo *significativo*”. Pelo contrário, em regra a coordenação da ação é “em relação às partes, objetivamente unilateral” (MWG I/23, p. 178), embora seja claro que deva existir um mínimo de relacionamento entre elas. Mas esta relação pode ser tanto direta quanto indireta (MWG I/23, p. 177).

A transição entre a orientação da ação e a coordenação e seus efeitos subsequentes é bastante analisada pela teoria dos jogos (desde o dilema do prisioneiro até a teoria dos super-jogos), mas este tipo de teoria acaba adotando

²⁵ Estes conceitos podem ser encontrados em (MWG I/23, p. 180 e 183).

a visão utilitarista (maximizador de preferências) do ator social²⁶. Em Weber podemos encontrar uma proposta alternativa. Para ele existe uma diferença quando a coordenação das ações se realizada através do uso, costume ou interesses dos atores sociais, ou quando ela se realiza através da “*representação* a respeito da vigência *legítima* de uma determinada ordem” (MWG I/23, p. 180). Mas, ele reconhece que a orientação coordenada por interesses, sejam eles próprios ou alheios, possui uma influência muito mais forte do que as ações coordenadas normativamente. Nos *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, quando aprofunda o conceito de relação social, ele afirma:

Um componente essencial da ‘racionalização’ do agir é a substituição da submissão interior ao costume habitual através da adaptação planejada a uma estrutura de interesses. Mas, esse processo não esgota o conceito de ‘racionalização’. Também pode acontecer que a racionalização ocorra de forma positiva na direção da racionalização consciente dos valores, ou de forma negativa, às custas da ação afetiva, ou ainda, às custas da crença em valores e da ação racional-valorativa a ela ligada, favorecendo a ação puramente racional em relação a fins. Dessa *polivalência* do termo, racionalização ainda vai nos ocupar mais vezes. (MWG I/23, p. 182).

Essa passagem está inteiramente formulada em referência aos quatro tipos de orientação da ação (hábito, emoção, racionalidade de fins e de valores), ou seja, Weber utiliza-se novamente do seu conceito dual de racionalidade. Esse conceito dúplici será utilizado e ampliado nos capítulos seguintes, que tratam da economia e do direito, como racionalidade formal e racionalidade material, ainda que eles não estejam definidos nos *Conceitos Sociológicos Fundamentais*²⁷. Isso nos leva a concluir que, em oposição aos conceitos de racionalidade de fim e de valor, que se referem aos modos de orientação da ação, a distinção entre racionalidade formal e material está relacionada com as formas de coordenação da ação²⁸. Os efeitos da coordenação, ou seja, a transição do

26 Veja-se Coleman (1990) e Maurer/Schmid (2010). Estes últimos distinguem na passagem do nível individual da orientação da ação para o nível da coorientação entre coordenação, cooperação e conflito. Ou seja, o conceito de coorientação não é considerado geral, mas apenas um caso particular. Cada um dos casos acima elencados pode ser explicado a depender de quem são os perdedores. Na coordenação não há perdedores, na cooperação ela é relativa e no conflito ela é absoluta.

27 No final de seus **Conceitos Sociológicos Fundamentais**, Weber anuncia que iria tratar do conceito de racionalização, mas, de fato, ele não faz. (MWG I/23, p. 182 e o comentário 62).

28 Entendo que este par conceito, que aparece apenas neste dois capítulos e nos manuscritos antigos sobre o direito, não deve ser considerado como substituto dos conceitos de ação racional com relação a fins ou valores, mas como uma ampliação dos mesmos.

nível micro para o nível macro, correspondem, no caso da racionalidade, à satisfação das necessidades dos atores, ou então as crenças compartilhadas sobre a legitimidade. Utilizando uma classificação proposta pelo próprio Weber, também podemos dizer: coordenação mediante uma constelação de interesses ou coordenação mediante autoridade²⁹ (MWG I/23, p. 129). A primeira é muito bem analisada pela teoria dos jogos, mas a segunda não.

Podemos, portanto, identificar dois mecanismos que nos conduzem do nível micro para o nível macro: a apropriação³⁰ e a legitimação, sendo que o primeiro diz respeito ao lado estrutural e o segundo ao lado cultural. No âmbito cultural, e partindo da sociologia weberiana da dominação, os mecanismos de legitimação poderiam ser ainda mais detalhados (tradicionalização, legalização, carismatização)³¹; e no âmbito estrutural, os mecanismos de apropriação também precisariam incluir ainda a análise da diferenciação institucional e da estratificação social (LEPSIUS, 2013). Nesse contexto teríamos que considerar também as múltiplas relações que se estabelecem entre estas estruturas sociais, observando, em particular, se elas estão em uma relação de oposição ou de cooperação. Nessa direção, um programa weberiano de pesquisa deveria adotar como modelo e, ao mesmo tempo, aprimorar e desenvolver os dois grandes projetos inacabados de Max Weber: *Economia e Sociedade* (tanto a versão pré-guerra quanto a versão pós-guerra), bem como seus *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião*. No entanto, não há como desenvolver esta tarefa aqui³².

Conclusão

Para dar continuidade ao programa weberiano de pesquisa é necessário desenvolver uma “terceira sociologia” que busque superar a dicotomia entre o

29 Max Weber, **Wirtschaft und Gesellschaft: die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte. Nachlaß** (2005, p. 129). Nesse texto Weber distingue entre dominação por meio de uma constelação de interesses (especialmente através da situação monopolística) e dominação por meio da autoridade (ordem e dever de obediência).

30 Apropriação é utilizado tanto no sentido de aquisição quanto de alocação (MWG I/23).

31 Weber generaliza o teorema marxiano da propriedade dos meios de produção aplicando-o também a outros campos sociais (meios administrativos, meios militares, meios de salvação etc.). Mas, diferente de Marx, não é a expropriação e sim a apropriação que está no centro da análise, termo que também engloba o sentido de expropriação **Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie**, p. 106, nota 63. Apropriação é um conceito de sua sociologia tardia.

32 Aprofundo esta questão em SCHLUCHTER (2016).

holismo metodológico e individualismo metodológico radicais com base no relacionismo metodológico³³. Trata-se de uma ciência da ação social que busca explicá-las partindo de suas bases na esfera micro, contextualizando-as com o auxílio de um modelo bidimensional de múltiplos níveis. Esse programa defende a dualidade entre estrutura e ação sem postular qualquer dualismo ontológico, bem como adota uma concepção complexa do modo como as orientações individuais da ação e suas formas de coordenação coletiva são racionalizadas. A distinção entre ações orientadas por fins e orientações orientadas por valores está localizada no plano micro da orientação da ação, enquanto a distinção entre racionalidade formal e material diz respeito ao plano macro dos mecanismos de coordenação da ação³⁴. Essa teoria da racionalidade é muito mais ampla que a teoria da escolha racional e da teoria dos jogos³⁵. Ela concebe o ator social como sujeito autônomo que é muito mais do que apenas um indivíduo que maximiza racionalmente suas preferências, e no plano coletivo da coordenação da ação, ela não ignora a questão da legitimidade. Esse ator social é, adotando-se os termos de Anthony Giddens (1994, p.375), um “agente reflexivo” que também possui um “conhecimento prático” com o qual ele conduz sua rotina cotidiana. Junto ao modo de condução individual (SCHLUCHTER, 2015) da vida temos também os componentes histórico-estruturais correspondentes (Internalização, Sanção, Expropriação-apropriação, Legitimação). A conduta de vida³⁶ é, por um lado, reflexo da correlação entre cultura e estrutura e ela, por sua vez, também influencia simultaneamente a estabilização e a transformação da estrutura e da cultura.

Referências

ALBERT, Gert Albert. **Jenseits von Atomismus und Kollektivismus**: auf den Spuren einer dritten soziologie. Heidelberg 2012(Tese de doutorado).

33 *A esse respeito veja-se o excelente trabalho de Gert Albert: **Jenseits von Atomismus und Kollektivismus: auf den Spuren einer dritten Soziologie** (Tese de doutorado). O conceit de “terceira sociologia” é retirado de Vanberg (1975).*

34 *Na sociologia da religião de Weber existe ainda um terceiro par conceitual para a interpretação das imagens de mundo: racionalidade teórica e prática. Estes três pares conceituais (racionalidade de fins e valores, formal e material, teórica e prática) correspondem aos níveis da ação, da estrutura e da cultura.*

35 *São muito interessantes as pesquisas sobre o papel da “Fairness” na coordenação das ações: Ernst Fehr e Simon Gächter (2000, p. 159-181; FEHR; SCHMIDT, 1999, p. 817-868).*

36 *O papel do conceito de “Lebensführung” (Conduta de Vida) é aprofundado em **Religion und Lebensführung** (SCHLUCHTER, 1988).*

ARCHER, Margaret S. **Culture and agency: the place of culture in social theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Sozialer Sinn: Kritik der theoretischen Vernunft.** Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1987.

BOUDON, Raymond. **Beiträge zur allgemeinen Theorie der Rationalität.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory.** Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. "Microfoundations and Macrosocial Behavior". **The micro-macro-Link.** Jeffrey Alexander et al. (Eds.). Berkeley: University of California Press, 1987.

ESSER, Hartmut. **Soziologie: allgemeine Grundlagen.** Frankfurt/New York: Campus, 1993.

FEHR, Ernst; GÄCHTER, Simon. "Fairness and retaliation: the economics of reciprocity". **Journal of economic perspectives**, v. 14, n. 3, p. 159-181, 2000.

FEHR, Ernst; Klaus, SCHMIDT, M. "A theory of fairness, competition, and cooperation". **Quarterly Journal of Economics**, v. 114, n. 3, p. 817-868, 1999.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: outline of the theory of structuration.** Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1984.

KANT, Immanuel. **Werke in zehn Bänden.** Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975.

LASK, Emil. Fichtes Idealismus und die Geschichte. **Gesammelte Schriften.** Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1923.

LEPSIUS, M. Rainer. Institutionalisation politischer Handelns: Analysen zur DDR, Wiedervereinigung und Europäischer Union. Wiesbaden: Springer, 2013.

MAURER, Andrea Maurer; SCHMID, Michael. **Erklärende Soziologie: Grundlagen, Vertreter und Anwendungsfelder eines soziologischen Forschungsprogramms,** Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2010.

MACLELLAND, David. **The achieving society.** Princeton, N.J., Van Nostrand, 1961.

NAGEL, Thomas. **Die Möglichkeit des Altruismus.** Bodenheim: Philo, 1998.

SCHLUCHTER, Wolfgang. "Handlungs- und Strukturtheorie nach Max Weber". **Individualismus, Verantwortungsethik und Vielfalt.** Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

_____. **Religion und Lebensführung.** Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1988.

_____. **Die Entzauberung der Welt:** sechs Studien zu Max Weber. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009.

_____. **Max Weber's spätete Soziologie.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2016.

_____. **Grundlegungen der Soziologie.** 2. Ed. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015.

_____. **Grundlegungen der Soziologie.** Tübingen: Mohr Siebeck, 2007.

SEARLE, John R. **Freiheit und Neurobiologie.** Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2004.

TAYLOR, Charles. **Was ist menschliches Handeln? Negative Freiheit? Zur Kritik des neuzeitlichen Individualismus.** Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1995.

_____. **Quellen des selbst:** die Entstehung der neuzeitlichen Identität. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1994.

VANBERG, Viktor. **Die zwei Soziologien:** Individualismus und Kollektivismus in der Sozialtheorie. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1975.

WEBER, Max. **Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie:** Vorlesungen 1894-1898. Wolfgang J. Mommsen et al. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck) 2009 (MWG III/1).

_____. **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen:** Konfuzianismus und Taoismus: Schriften 1915-1920. Helwig Schmidt-Glintzer e Petra Kolonko. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1989 (MWG I/19).

_____. **Asketischer Protestantismus und Kapitalismus:** Schriften und Reden 1904-1911. hg. von Wolfgang Schluchter e Ursula Bube. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 2014 (MWG I/9).

_____. **Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus/Die protestantischen Sekten und der Geist des Kapitalismus:** Schriften 1904-1920. Wolfgang Schluchter e Ursula Bube, Tübingen: J.C.B- Mohr (Paul Siebeck), 2015 (MWG I/18).

_____. **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen:** Konfuzianismus und Taoismus. Schriften 1915-1920, hg. von Helwig Schmidt-Glintzer in Zusammenarbeit mit Petra Kolonko, Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1989 (MWG I/19).

_____. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre.** 3. Aufl., Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1968.

_____. **Wirtschaft und Gesellschaft.** Soziologie. Unvollendet. 1919-1920, hg. von Knut Borchardt, Edith Hanke und Wolfgang Schluchter, Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 2013 (MWG I/22-4).

_____. **Wirtschaft und Gesellschaft:** die Wirtschaft und die Gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte. Nachlaß. Teilband 4: Herrschaft, hg. von Edith Hanke in Zusammenarbeit mit Thomas Kroll, Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 2005 (MWG I/23).

_____. **Zur Psychophysik der industriellen Arbeit.** Wolfgang Schluchter e Sabine Frommer. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1988 (MWG I/11).

The Duality between Action and Structure: outline for a Weberian research programme

Abstract

In this essay, I want to spell out the outline of such a Weberian research program. It can be regarded as a third sociology, overcoming the opposition between methodological individualism and holism. It is based on methodological relationism and on a two-sided and multi-level explanatory model, employing the notion of the duality of structure and action. Its analytical power is illustrated with reference to Weber's study on ascetic Protestantism and on the economic ethic of the world religions.

Keywords: Max Weber. Macro and micro. Methodological holism. Methodological individualism. Social action. Structure.